

Desenvolvimento Econômico na Região Colonial no Rio Grande do Sul

uma análise histórica das implicações da Constituição Econômica de 1891 nas empresas familiares

Denize Grzybovski¹
André da Silva Pereira²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as implicações das decisões impressas na Constituição brasileira de 1891 no desenvolvimento econômico regional e na dinâmica das empresas brasileiras fundadas por imigrantes. Os processos inerentes à imigração para o Brasil, a política pública de estímulo à migração interna de imigrantes europeus e a dinâmica dessas famílias podem ter contribuído para o desenvolvimento econômico da região colonial no RS, bem como no modelo de gestão e na cultura organizacional predominantes nas empresas familiares brasileiras. A base analítica é a Constituição Econômica de 1891 e as estatísticas populacionais, sociais, políticas e culturais do IBGE. O percurso analítico considerou o contexto histórico-social, elementos gerais do processo (i)migratório a partir da segunda metade do século 19, a trajetória dos imigrantes nas “antigas colônias” e o fluxo migratório interno formador das “novas colônias”. Os resultados indicam que a política pública fez surgir uma zona geográfica atípica caracterizada por um mosaico étnico-cultural, permeado de empreendimentos familiares urbanos e rurais, na sua maioria constituída por migrantes italianos das “velhas” para as “novas” colônias.

Palavras-chave: Constituição Econômica. Política pública. Desenvolvimento econômico.

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI- Erechim, 1988). Mestre em Dirección y Organización de Empresas – Universidad Museo Social Argentino (1998). Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras, MG (Ufla). Professora da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis na Universidade de Passo Fundo (FEAC/UPF). Professora convidada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). gdenize@upf.br

² Economista (Universidade Santa Úrsula, 1990). Mestre em Economia (UFRGS, 1996). Doutor em Economia (UFRGS, 2004). Professor titular na Universidade de Passo Fundo. andresp@upf.br

**ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE REGION
COLONIAL IN RIO GRANDE DO SUL:
A historical analysis of the implications of the Economic
Constitution of 1891 in family businesses**

Abstract

This article aims to analyze the implications of decisions printed on Brazilian Constitution of 1891 in terms of regional economic development and the dynamics of the Brazilian companies founded by immigrants. The processes involved in immigration to Brazil, the public policy to encourage the internal migration of European immigrants and the dynamics of these families could have been decisive for the economic development of the colonial region in RS, as well as the dynamics of the Brazilian family business. In methodological terms, the research is characterized as qualitative and literature and it's analytically based in the Economic Constitution of 1891 and the population, social, policies and cultural statistics from IBGE. In the analysis are considered aspects of the socio-historical context, general elements of the process (im)migratory occurred from the second half of the 19th century, specific elements of the trajectory of immigrants in the "antique colonies" and the internal migratory flux which formed the "new colonies". The results indicate that the public policy has created a atypical area characterized by a ethnic- cultural mosaic, permeated of rural and urban family enterprises, mostly composed of migrants from "antique" to the "new" colonies, especially of Italian origin.

Keywords: Economic Constitution. Public policies. Economic development.

A Constituição Brasileira de 24 de fevereiro de 1891, no que se refere à atuação do Estado sobre a atividade econômica, trouxe significativas modificações na dinâmica dos Estados. O propósito impresso na mesma foi promover o desenvolvimento econômico nacional pautado no domínio das minas e jazidas minerais, no estímulo aos inventos industriais e à ciência, bem como à imigração internacional para ocupação do território. Como resultado histórico, o fim do século 19 é marcado por um forte fluxo de imigrantes europeus que ocupam o território brasileiro, introduzem diferentes técnicas de produção, ampliam e qualificam o número de empreendimentos comerciais e industriais existentes. As implicações das decisões impressas na Carta Magna, entretanto, ainda não foram exploradas em todas as suas dimensões.

Neste artigo, o objetivo geral foi analisar as implicações constitucionais no desenvolvimento econômico regional, especificamente sua contribuição na formação da cultura e gestão de empresas familiares fundadas por imigrantes, bem como nos elementos que caracterizam sua cultura organizacional. Para tanto, especificamente objetivou-se analisar alguns aspectos do contexto histórico-social, sobretudo elementos gerais do processo (i)migratório ocorrido a partir da segunda metade do século 19, que contribuíram para a formação da cultura e do espaço social em que empresas fundadas por imigrantes estão instaladas.

No desenvolvimento do tema privilegiou-se a análise da trajetória dos imigrantes nas “antigas colônias” e o fluxo migratório interno formador das “novas colônias”, impulsionados pelo processo de ocupação de parte do território rio-grandense que, hoje, representa a região colonial no Rio Grande do Sul. O pressuposto teórico é de que decisões impressas na Constituição Brasileira de 1891 foram determinantes para a ocupação do território, mas também ao desenvolvimento econômico da região colonial no Rio Grande do Sul e à dinâmica das empresas familiares brasileiras fundadas pelos imigrantes, especificamente na definição do modelo de gestão fracamente

estruturado, orientado por um conjunto de valores e missão formulados pela família proprietária, porém pensado e articulado pelo “chefe da família”, geralmente representado pelo pai-fundador-empresendedor.

Essa análise se justifica pelo fato de o desenvolvimento econômico regional estar vinculado à ocupação do território por imigrantes, os quais posteriormente promoveram a migração interna e, por fim, constituíram empresas industriais e comerciais até então não existentes no espaço geográfico em análise. Muitas empresas constituídas por imigrantes (italianos, sízcos, poloneses, alemães, entre outros) ainda estão em funcionamento, administradas pelos herdeiros, e representam o fruto de uma política de ocupação do território, impressa na Constituição Econômica de 1891. O recorte histórico tem por base as análises realizadas por Tedesco (1999a; 2001), as quais revelam estratégias econômicas, sociais e familiares de sobrevivência e prosperidade em relação à ausência de infraestrutura básica característica do período pós-1891 e da primeira metade do século 20.

Ao tematizar os processos migratórios numa perspectiva econômica, tornam-se relevantes os elementos internos da família e da lógica mercantil, por serem influenciadores no modelo de gestão da empresa, no cotidiano administrativo e no pensamento gerencial que orienta os negócios através das gerações. Esse retorno ao passado ocorre com o intuito de compreender o presente, orientado pelo pressuposto de que a maioria dos imigrantes europeus chegados ao Brasil apresentava características de empreendedor. Por empreendedor entende-se uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém um alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-o para detectar oportunidades de negócio (Filion, 1991).

As transformações das relações sociais e de produção na estruturação das empresas locais geridas por familiares que descendem de fundadores imigrantes permitem articular elementos culturais e realidade material, na medida em que congregam o núcleo familiar, propriedade, diferentes formas

de acumulação de capital à etnicidade e política pública, dentre os quais são evidentes estratégias para a preservação da originalidade da raça e promoção do desenvolvimento econômico local.

O Movimento Migratório no Brasil a Partir da Segunda Metade do Século 19

O Brasil, que desde fins do século 19 se estabelecera como um importante destino da migração internacional, tornou-se uma alternativa natural para imigrantes europeus (Decol, 2001), vindos, principalmente, da Itália, Portugal, Espanha, Alemanha e Polônia (Instituto..., 2005). Desde 1822 a imigração era o assunto principal dos intelectuais e políticos que estavam preocupados com a ocupação do território e com o estímulo ao trabalho livre, considerado superior ao escravo. Foi com a formalização da imigração como política pública na Constituição de 1891, contudo, que o processo se consolida. Em agosto de 1892 o governo federal assinou um contrato com a Companhia Metropolitana para a introdução de um milhão de imigrantes, no período de 20 anos, que rompeu três anos depois por não ter conseguido assumir o ônus desse contrato. Mesmo assim, em 1900, a população brasileira já era formada por 1.256.806 estrangeiros (7,27% da população total), como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – População do Brasil, por nacionalidade (1872-1920)

Anos	Brasileiros		Estrangeiros		Total
	N	%	N	%	
1872	9.723.602	96,16	388.459	3,84	10.112.061
1890	13.982.370	97,55	351.545	2,45	14.333.915
1900	16.061.750	92,74	1.256.806	7,27	17.318.556
1910	22.275.595	95,13	1.138.582	4,86	23.414.177
1912	N/D	N/D	N/D	N/D	24.618.429
1920	29.045.227	94,81	1.590.378	5,19	30.635.605

Fonte: Instituto..., 2005.

Para cá vieram os suíços, que chegaram em 1819 e se instalaram no Rio de Janeiro (Nova Friburgo), os alemães, que chegaram em 1824 e foram para o Rio Grande do Sul (Novo Hamburgo, São Leopoldo) e Santa Catarina (Blumenau, Joinville e Brusque), os escravos (da Ucrânia e Polônia), que se instalaram no Paraná e no Rio Grande do Sul, os turcos e árabes, que se concentraram na Amazônia, os italianos (de Veneza e Gênova, Calábria e Lombardia), que em sua maior parte se instalaram em São Paulo, os japoneses, que também se instalaram em São Paulo e Paraná, entre outros. O maior número de imigrantes no Brasil são os portugueses, por terem aportado ao Brasil desde o início da colonização.

Foi uma determinação da Constituição Econômica,³ no entanto, que promoveu a maior participação dos imigrantes no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Com a abolição da escravatura, em 1888, o governo brasileiro precisou estimular a entrada de imigrantes para garantir a mão de obra substituta à dos escravos. Com esse objetivo milhares de italianos e alemães foram incentivados a migrar ao Brasil para trabalhar nas fazendas de café do interior de São Paulo, nas indústrias e na zona rural do Sul do país, assim como japoneses que, em 1908, só em uma expedição marítima, vieram 165 famílias, as quais também buscavam emprego nas fazendas de café.

No período entre 1872 e 1935 o Brasil havia recebido milhões de imigrantes europeus, por ter adotado a imigração como uma estratégia de ocupação de áreas de baixa densidade demográfica (Elias, 2005), objetivo expresso na Constituição Econômica de 1891. Os critérios de ocupação e

³ Por Constituição Econômica entende-se a presença de temas econômicos na redação da Constituição Brasileira, como descreve o jurista Washington Peluso Albino de Souza (2005, p. 209): “A presença de temas econômicos, quer esparsos em artigos isolados por todo o texto das constituições, quer localizados em um de seus ‘títulos’ ou ‘capítulos’, vem sendo denominado ‘Constituição Econômica’. Significa, portanto, que o assunto econômico assume sentido jurídico, ou se ‘juridiciza’, em grau constitucional.” De acordo com Clark (2008), a Constituição Econômica brasileira teve seu conteúdo normativo alterado a partir de 1995, “via emendas, para admitir o uso da técnica intervencionista de regulação” (p. 214), cuja avaliação do referido autor é positiva “nesses tempos atuais, em que se questiona o papel do Estado na economia, se valoriza a participação social e se descobre a magnitude do poder econômico privado, por vezes bem superior ao público” (p. 214).

concessão de títulos de propriedade de terras foram detalhados na Lei de Terras, de 1850. O governo federal, entretanto, concedeu apenas 5.052 naturalizações, das quais 28 eram do gênero feminino (8 portuguesas, 7 italianas, 4 russas e 9 de outras nacionalidades). O sistema de inserção de estrangeiros em território brasileiro foi a formação de “núcleos coloniais” federais e estaduais, baseados no trabalho familiar e na pequena propriedade, que se deu efetivamente no Sul do país, como descrito no relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, em 1897. Em 1875, 16 anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1891, já estavam formados 89 núcleos coloniais, espalhados por todo o país, dos quais 66 estavam localizados ao Sul.

Oriundos de diferentes países europeus, muitos estrangeiros chegaram sem saber sobre as condições que encontrariam no Brasil, exceto os portugueses, que haviam sido informados por parentes, vizinhos ou amigos já imigrados. As condições de sobrevivência nos centros urbanos no início do século eram precárias, mesmo assim eles eram preferidos às lavouras, principalmente por causa da mobilidade. No campo, prevaleciam os interesses dos poderosos cafeicultores, concentrados na província de São Paulo, que precisavam de mão de obra braçal para cuidar dos cafezais, em substituição aos escravos libertos. De acordo com Elias (2005),

com a proclamação da nova República dos antigos barões do café, a imigração subvencionada pelo Estado voltou-se, quase que exclusivamente, para a grande lavoura. Vencia, assim, o projeto de substituição da mão-de-obra escrava pela livre. Livre, mas com ressalvas: o regime de colonato, ao qual estavam submetidos por contrato, limitava o movimento desses trabalhadores e suas famílias, tornando-os dependentes das fazendas (p. 18).

Imigrantes com alguma habilidade profissional, como Francisco Matarazzo (italiano), Valentim dos Santos Diniz (português), Hermann Hering (alemão) e Maurício Klabin (judeu lituano) que, ao chegarem ao Brasil,

optaram pelos centros urbanos, voltaram-se para as atividades industriais e comerciais e constituíram importantes empresas familiares.⁴ Aos estrangeiros com precária qualificação profissional restava o “trabalho inferior” (carregar mercadorias, amolar facas, vender comida nas calçadas da Corte), normalmente realizado pelos escravos (Farias, 2005).

A imigração de italianos para o Brasil foi bem significativa nas décadas entre 1870 e 1930, considerado o período da “grande imigração”, uma vez que se registraram 1.373.702 entradas de italianos contra 1.149.502 portugueses, 578.087 espanhóis, 175.998 japoneses, 155.887 alemães e 107.297 russos, entre outras etnias em menor número. Apenas em 1935 entraram 2.351 italianos, dos quais 1.934 o fizeram pelos portos de Santos e do Rio de Janeiro e 91 pelo Porto do Rio Grande (Instituto..., 2005).

Foi na década de 1880 que ocorreu o maior fluxo migratório de milhares de estrangeiros para o Brasil, sobretudo de italianos, para trabalharem nas fazendas paulistas de café (Tedesco, 2001). As “famílias migrantes” eram responsáveis pelo cuidado das lavouras e, também, prestavam outros serviços avulsos ao fazendeiro, para assim terem o direito de plantar produtos para a subsistência de suas famílias. Uma parte da produção obtida com o cultivo da terra era apropriada pelo fazendeiro e o excedente era comercializado para a aquisição de tecidos, ferramentas, sal, açúcar e outros produtos, que não havia na propriedade (Tedesco, 2001). Essas estratégias de subsistência promoveram a expansão econômica de alguns colonos nas colônias que, juntamente com suas famílias, criaram espaços de deslocamentos para outras regiões rurais ou para a vida urbana (Roche, 1969; Tedesco, 1999a; Decol, 2001).

⁴ Conhecido no Brasil pelo “Império Matarazzo”, Francisco, em cinco décadas, ergueu um conjunto de empreendimentos que incluíam atividades têxteis e metalúrgicas (Martins, 1976). Diniz começou como caixa em um armazém, do qual tornou-se sócio em 1937. Com a expansão dos negócios, a Doceria Pão de Açúcar deu origem a um conjunto de lojas de conveniência e hipermercados que formam, hoje, o grupo empresarial Pão de Açúcar (Elias, 2005). A família Hering, com tradição no ramo têxtil, em Blumenau (SC), fundou a primeira fábrica de vestuário no Brasil, há 125 anos, enquanto que a família Klabin, que tinha o sobrenome ligado à indústria de papéis, fundou a primeira fábrica de papel para jornais.

Em 1935, do total de imigrantes chegados ao Brasil, 44,67% identificaram-se como agricultores e, com a influência dos produtores de café, passaram a atuar como trabalhadores braçais nas lavouras, juntamente com suas famílias. “Os italianos que vieram do norte da península, em especial do Vêneto, eram, geralmente, pequenos proprietários de terra, meeiros e arrendatários, com famílias extensas de até 15 pessoas” (Elias, 2005).

Embora a maior parte dessa imigração fosse de agricultores, em fins do século 19 começava a crescer a participação de fluxos migratórios com destino às cidades (Decol, 2001), que se estendeu até 1940. Calcula-se que 70% da imigração italiana tem origem e destino rural (Alvim, 1998; Trento, 1989), assim como 99,91% dos japoneses e 29,86% portugueses que aqui vieram em 1935. Mesmo assim, a portuguesa é considerada a mais urbana de todas as migrações “clássicas” (Decol, 2001).

Tedesco (2001) registra que “os colonos deveriam cuidar de uma quantidade de pés de café (limpar e colher) em correspondência com o número de braços de sua família” (p. 22). Contratavam-se, portanto, “unidades familiares, de preferência que já tivessem experiência como agricultores e que tivessem um número maior possível de membros (homens)” (p. 23). As habilidades dos imigrantes eram diversas, mas a grande maioria tinha ligação com o cultivo da terra, como é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2 – Brasil: habilitação dos contingentes recebidos e partidos, em 1935

Fluxo migratório	Habilitações			Total
	Agricultores	Jornaleiros rurais	Diversas profissões	
Entradas	15.076	4.409	14.266	33.751
Saídas	1.433	391	17.096	18.920
Saldo no ano	13.643	4.018	2.830	14.831

Fonte: Instituto..., 2005.

No mesmo ano de 1935 registraram-se 18.920 emigrantes, dos quais 1.433 (7,57%) eram agricultores; 90,36% eram de trabalhadores braçais, totalmente destituídos de capital (Elias, 2005), que voltaram ao seu país de origem (Tabela 2). Aqueles que permaneceram nas lavouras instituíram estratégias de sobrevivência e de acumulação do capital e, mais tarde, se transformaram em proprietários de terras, mas as dificuldades enfrentadas nunca foram esquecidas e são objeto da memória dos “nonos” (Tedesco, 2001). Às estratégias de sobrevivência dos antepassados pela produção agrícola, seus descendentes associaram o artesanato e a indústria doméstica, como produtos derivados da carne (salame), de frutas, cereais, mandioca, cana (rapadura), amendoim, leite (queijo), madeira, couro, etc. (Tedesco, 1999a, b, 2001).

Nasceram, assim, empreendimentos industriais e comerciais, que utilizavam intensamente a mão de obra dos membros da família, que se consolidaram no Brasil gerando uma nova dinâmica econômica com a inserção de produtos até então importados de outros países e/ou desconhecidos pelos moradores das comunidades próximas ao local onde as famílias de imigrantes residiam. Outros consolidaram-se como grandes empreendimentos.

Devido ao estímulo à migração ter sido, desde o início, uma política governamental para a ocupação de áreas com baixa densidade demográfica, bem como para “embranquecer e europeizar a sociedade brasileira” (Pessanha, 2005, p. 21), etnias específicas foram canalizadas para diferentes regiões formando, por exemplo, colônias de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul e em São Paulo, e colônias de poloneses e japoneses no Paraná.

Em todas as etnias e espaços (rural e urbano), os imigrantes chegados ao Brasil, uma vez instalados em agrupamentos de moradias muito próximas (“da sede da fazenda, da casa do proprietário, da capela, do comércio”), desenvolviam um espírito de coletividade que ultrapassava os laços familiares e de parentesco (Tedesco, 2001), como se fosse uma “grande família”. A união de todos (imigrantes) aparece como elemento de sociabilidade específica,

mas também como tentativa de superação das dificuldades encontradas na “nova terra”, por vezes descrita como um espaço de penúria e sofrimento (Tedesco, 1999a).

Tal comportamento dos imigrantes no Brasil evidencia algumas das transformações socioeconômicas ocorridas no país, seja nas relações de produção nas lavouras de café, seja na estruturação da pequena propriedade rural, responsáveis por uma dinâmica social e familiar própria dos imigrantes (Almeida, 2005). Os mecanismos de entreatajuda, característicos dessa categoria social, as relações de produção estabelecidas nas lavouras ou nas cidades e a construção do espaço social sustentado pela nostalgia da terra natal são as condições histórico-sociais que explicam o conjunto de valores sedimentados nas diferentes etnias presentes na sociedade brasileira e que asseguram processos sociais nucleados em torno da família, da organização do trabalho, da comunidade, da vizinhança e do parentesco, do mundo exterior, da sua organização social para a sobrevivência.

O Processo Imigratório no Rio Grande do Sul

O Anuário Estatístico do Brasil registra a entrada, em 1935, de 19.757 imigrantes pelo Porto de Santos e 7.764 pelo Porto do Rio de Janeiro, dentre os 29.585 imigrantes chegados naquele ano. Foram 9.327 portugueses, 2.423 alemães e 2.127 italianos que chegaram ao país, entre outras nacionalidades. A organização econômica e ocupacional da região colonial do Rio Grande do Sul, contudo, tem vínculo com o fluxo migratório de europeus para o Brasil e, posteriormente, fluxos migratórios internos. Tomam-se como referências de análise a segunda metade do século 19 e as mudanças estruturais, sociais e econômicas ocorridas nos municípios formadores das consideradas “velhas” e “novas” colônias no Rio Grande do Sul.

Ações orientadas para a transformação do perfil da população brasileira, na época, tiveram apoio fundamental de Hipólito da Costa (1774-1823) (Almeida, 2005), que “advogava para um Brasil um modelo de colonização

baseado na pequena propriedade e no trabalho familiar” (Elias, 2005, p. 14), que resultou na formação de núcleos de imigrantes no Sul do país, desde o início do século 18.

Em 1850, com a promulgação da Lei de Terras (Lei n. 601/1850, regulamentada pelo Decreto n. 1.318, de 1854), o governo imperial dispôs sobre as terras devolutas do Império, determinando que estas fossem medidas e demarcadas, cedidas a “título oneroso”, tanto às empresas quanto ao estabelecimento de colônias nacionais e estrangeiras, para a promoção do povoamento (Bernardes, 1997; Roche, 1969). A distribuição dos lotes no Rio Grande do Sul obedecia à Lei de Terras, a qual estabelecia que o colono deveria reembolsar todos os gastos com a migração (transporte da família e da bagagem, machado, foice, feijão, desmatamento, etc.), a partir da primeira colheita, num prazo de cinco anos.

Aproveitando a nova política de terras e objetivando o isolamento entre imigrantes e gaúchos (Alves, 1995), o governo imperial estabelece o processo de expansão das pequenas e médias propriedades de trabalho livre e, estrategicamente, criou uma série de colônias no Sul do Brasil, destinadas a serem povoadas por etnias diferenciadas.

Para melhor compreensão, essa parte da história econômica do Estado do Rio Grande do Sul será descrita por eventos ocorridos em três períodos distintos.

1. Iniciado em 1715, com a formação das *primeiras estâncias*, o desenvolvimento da pecuária e a colonização de açorianos;
2. Iniciado em 1824, com a fundação da *primeira colônia alemã* e que fez ressurgir a agricultura rio-grandense, abandonada pelos luso-brasileiros. Roche (1969) destaca o período 1824-1875 como sendo aquele em que a agricultura foi atividade característica e exclusiva dos colonos alemães;

3. Entre 1875 e 1889, quando chegam os *primeiros imigrantes italianos*, período marcado pela significativa redução da imigração alemã e crescimento da imigração italiana, criação de novas colônias pelo governo geral, instalação da Inspetoria de Terras e Colonização, regulação de várias questões administrativas (Roche, 1969; Tedesco, 1999a).

Identificou-se, contudo, a existência de diferentes fluxos (e refluxos) migratórios no Rio Grande do Sul em épocas anteriores ao ano de 1715, como descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Fluxos (e refluxos) migratórios no Rio Grande do Sul

Período	Evento
Século 17	Fluxo (e refluxo) de jesuítas espanhóis e de portugueses
Século 18	Ocupação das áreas de campo por lagunenses, paulistas, etc.
Século 18 e 19	Imigração açoriana para a faixa litorânea e o vale do baixo Jacuí
Século 19	Imigração alemã (1824 em diante) para os vales e baixa encosta, e de italianos (a partir de 1875) para a alta encosta do planalto
Primeira metade do século 20	Migração interna das velhas colônias para o Alto Uruguai
Século 20	Principalmente a partir de 1950, êxodo rural para os principais centros urbanos do Estado, especialmente a Grande Porto Alegre, e migração rural-rural das áreas de expansão colonial (Alto Uruguai) para outros Estados

Fonte: Adaptado de Medeiros (2005).

A intensidade do fluxo de imigrantes no Rio Grande do Sul ocorreu no período compreendido entre os anos 1872 e 1920. Aproximadamente 55 mil deles eram de origem italiana. Somente nos anos 1876 e 1877 entraram cerca de 7.800 imigrantes italianos, o que fez rapidamente surgirem novas colônias mais ao Norte e pela Bacia do Taquari, como Alfredo Chaves (1884), Antonio Prado (1889) e Guaporé (1892). A oeste de Santa Maria, entre os campos da Depressão e os de “Cima da Serra”, o Estado fundou diversos

núcleos de povoamento misto (italianos, alemães e poloneses), como Ernesto Alves (1890), Toroquiá (1892), Jaguari (1899) e São Vicente (1899). Nas matas do Alto Uruguai formaram-se as colônias Ijuí (1890) e Guarani (1891), como específica Bernardes (1997).

A grande imigração europeia para o Rio Grande do Sul se distribuiu espacialmente pelo território, considerando a identificação dos imigrantes com as questões geográficas (clima e solo), que resulta em “ilhas” de colonização e culturais (Santos, 2004; Brum Neto, 2007) criando espaços de alemães, italianos, judeus, poloneses, açorianos e outros. Em termos culturais, afloram conflitos em torno dos “colonos de origem” (alemães e italianos) contra os “brasileiros” (negros e índios) e os luso-brasileiros (Santos, 2004). Ressalta-se, no entanto, que todos os povos imigrantes vieram ao Rio Grande do Sul marcar um processo evolutivo com seus hábitos culturais distintos, que se somaram à cultura gaúcha e formaram uma identidade cultural característica do Pampa, o gaúcho (Brum Neto, 2004).

Afirma Brum Neto (2007) que

os açorianos constituíram-se na primeira tentativa de imigração em território gaúcho, através da inserção de casais, os quais deveriam desenvolver a agricultura (policultura), em lotes de terra, em média de 372 ha, baseados na mão-de-obra familiar (Thomas, 1976). Os lotes de terra recebidos pelos açorianos foram três vezes maiores que os concedidos pelos alemães no início do século XIX e, seis vezes maiores se comparados aos lotes vendidos no fim do processo migratório.

Mesmo assim a tentativa de colonizar o Estado com *imigrantes açorianos* fracassou, pois os vazios demográficos permaneciam em território gaúcho. Por isso o Rio Grande do Sul foi inserido pelo governo brasileiro no processo migratório Europa-Brasil para instalar um regime de pequenas propriedades agrícolas, produtoras de alimentos, em áreas não ocupadas pela grande propriedade (Seyferth, 1988), o que resultou num mosaico étnico-cultural caracterizado pela presença dos “colonos”.

As *colônias de italianos* estavam localizadas no Estado do Rio Grande do Sul entre a região dos Campos de Cima da Serra (até então terras ocupadas pelos portugueses para o desenvolvimento da pecuária), a Depressão Central (onde estavam os alemães) e a Zona de Campanha.⁵ Em 1875 foram criados três núcleos de colonização italiana (Caxias, Dona Isabel e Conde D’Eu), que deveriam constituir uma continuação da área ocupada por alemães ao Norte de Porto Alegre (Tedesco, 1999a; Bernardes, 1997). Mais tarde, em 1880, estruturaram-se as colônias de Antônio Prado e Alfredo Chaves e, em 1892, foi criada a colônia de Guaporé. Hoje todas essas colônias são reconhecidas pela tradição e cultura italianas, especialmente pela produção de uvas e vinho, e envolvem os municípios da Serra Gaúcha: Caxias do Sul, Flores da Cunha, São Marcos, Bento Gonçalves, Garibaldi, Carlos Barbosa, Antonio Prado, Veranópolis, Nova Bassano, parte de Nova Prata e Guaporé.

Embora em menor número, os poloneses também formaram vários núcleos coloniais, mais tarde transformados em municípios, como Dom Feliciano (1857), São Marcos (1885), Mariana Pimentel (1888), Ijuí (1890), Guarani das Missões (1891) e Erechim (1908), além de Áurea, Cândido Godói, Carlos Gomes e Centenário (Fundação..., 1981). As *colônias de poloneses* são formadas na sua maioria por descendentes de tribos eslavas, que se instalaram no norte gaúcho a partir de 1875, num fluxo migratório que se estendeu até a Segunda Guerra Mundial.

Judeus, libaneses e japoneses são outras etnias que fazem parte da história da colonização do Rio Grande do Sul. Em grupos menores, como os *libaneses*, que totalizavam 300 pessoas oriundas de Djourne, Chiká, Barsa e Anfí, em 1880, outros imigrantes chegaram e se instalaram nas colônias

⁵ A estrutura do território rio-grandense, segundo critério morfológico estabelecido pelo Padre Balduino Rambo, em 1942, era representada por cinco regiões: Litoral, Serra do Sudeste, Campanha do Sudoeste, Depressão Central e Planalto (Bernardes, 1997). A Encosta do Planalto, pela interpretação do autor, deveria ser tratada como região à parte, pelas suas peculiaridades topográficas: espessos lençóis de efusivos básicos pertencentes ao conjunto de derrames da Bacia do Paraná; ao plano e à borda extremamente recortada deste planalto é que corresponde ao topônimo Serra Geral, que acompanha toda a encosta deste platô triássico até São Paulo. “Ela é, simplesmente, a Serra. Por ‘cima da Serra’ entende-se toda a ‘região serrana’ que se estende até o rio Uruguai e seus formados”.

já existentes, dentre as quais destacam-se Santa Maria, Cachoeira do Sul, Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Soledade, São Gabriel, Erechim, Vacaria, Carazinho, Lagoa Vermelha, Getúlio Vargas, São Borja e Uruguaiana. Os *judeus* chegaram no início do século 20 e fundaram as colônias de Philipson (1904) e de Quatro Irmãos (1911). Os *japoneses*, com vocação para a produção de flores e hortifrutigranjeiros, chegaram bem mais tarde, a partir de 1956, e formaram o núcleo de Ivoti.

O grande fluxo imigratório no Rio Grande do Sul encerrou-se em 1920, quando teve início um novo momento histórico. A região Norte do Estado, até o final do século 19, era uma das mais atrasadas da Província em termos econômicos. Caracterizada por grandes florestas virgens, pinhais e ervais, organizava sua economia mesclando extrativismo, madeira, pecuária e agricultura de baixo volume de produção. Com a colonização europeia, passou a ser um espaço econômico mais dinâmico, especialmente pela utilização da rede fluvial para o escoamento da produção de madeira e o abastecimento dos centros atacadistas com produtos coloniais, como banha, cereais e vinhos.

Da mesma forma, o processo de deslocamento interno de descendentes dos primeiros imigrantes, em busca de novas terras, fez do Norte e Nordeste do estado uma região cujas terras estavam praticamente ocupadas. Nos aspectos socioculturais, essa região caracterizou-se pela presença de imigrantes, principalmente das etnias italiana e alemã, com um “jeito próprio de ser e de viver” e, principalmente, de sobreviver às agruras de uma terra desconhecida.

Assim, o Estado do Rio Grande do Sul é definido pelas características socioculturais típicas da nacionalidade dos imigrantes. Uma delas é observada no desenvolvimento das casas de comércio e agroindústrias com envolvimento social dos imigrantes que, uma vez em grupo, comportavam-se como se estivessem “em família”. As razões desse comportamento estão nas dificuldades enfrentadas por terem sido os pioneiros e desbravadores de um espaço territorial, que são assim interpretadas por Tedesco (2001):

O trabalho dentro da estrutura de vida familiar assegurava ao grupo sua sobrevivência; a cooperação familiar aparecia como fundamental para formação de capital econômico e social como consequência. Para isso, dependia do grau de intensificação do trabalho, da redução do consumo àquilo de que realmente necessitavam; a solidariedade e a combinação dos esforços de todos os membros da família e um bom casamento eram os elementos centrais que fundavam a lógica da herança em função do sexo, da idade, dos tipos, quantidades e importância dos bens. A situação de carência, as dificuldades na obtenção de recursos para realizar os trabalhos e comercializar os produtos, entre outros, dimensionavam uma ética familiar de autodependência, solidariedade e submissão de alguns membros (p. 77).

Como ilustram esses extratos das lembranças dos “nonos”, (i)migrantes e descendentes estruturaram comunidades tipicamente italianas, adaptadas ao contexto regional. Essas comunidades de italianos, mais tarde, aproximar-se-iam das comunidades de poloneses, judeus, alemães, japoneses, formando um mosaico étnico-cultural e o início de um novo momento histórico no Estado, marcado pelos fluxos migratórios internos.

Processo de Ocupação e Constituição de Colônias No RS

A organização econômica e ocupacional da região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, sob a influência da imigração e posterior migração interna, caracterizou-se pela pequena propriedade, agricultura diversificada e produtora de excedentes comercializáveis. A dinâmica da economia regional deu-se amparada pelas redes de comércio que se estabeleceram a partir da construção das linhas férreas ligando a região Norte do RS ao centro do país. Entre 1890 e 1910, período em que foi construída a ferrovia para ligar o RS a SP, partindo do centro do Estado (Santa Maria) e passando pelo Planalto (Cruz Alta e Passo Fundo), desencadeou-se em ritmo acelerado o povoamento do Alto Uruguai e do Alto Jacuí, entre Passo Fundo, Carazinho

e Soledade, bem como induziu a oferta da produção e encorajou práticas produtivas econômicas (Tedesco; Sander, 2002). Ao extremo dessa região estabeleceram-se mais duas colônias (Erechim, em 1908, e Santa Rosa, em 1915) e, ao centro, equidistante destas duas, surgiu Guarita, em 1917.

Esse movimento de pioneirismo impulsionou o povoamento em todas as direções, estabelecendo a junção entre os núcleos iniciais (“velhas colônias”) e originando novas áreas (“novas colônias”) de uma só etnia ou, pelo menos, em que predominasse fortemente uma delas (Bernardes, 1997), como é o caso dos italianos em Sananduva, dos judeus em Quatro Irmãos, dos poloneses em Áurea e Guarani das Missões.

Com certa redução do fluxo migratório de estrangeiros, no período entre 1910 e 1915 registrou-se a ocorrência de fluxos migratórios internos, das “antigas colônias”, especialmente da Serra Gaúcha, para as demais regiões do Estado, dentre elas as do Planalto Médio e do Alto Uruguai gaúcho, com destaque para Passo Fundo e Erechim (Bernardes, 1997; Tedesco, 2001), que passaram a ser designadas por “novas colônias”.

Como demonstrado na Tabela 3, tanto nas “velhas” quanto nas “novas” colônias, o tamanho das propriedades é reduzido (até 50 hectares), o que exige utilização de mão de obra intensiva, recrutada na própria família.

Tabela 3 – Tamanho das propriedades nas velhas e novas colônias

Área das propriedades	Velhas colônias (%)	Novas colônias (%)
Menos de 10 hectares	24,8	13
10 a 20 hectares	35,4	30,1
20 a 50 hectares	33,4	44
50 a 100 hectares	5	8,3
Mais de 100 hectares	1,4	4,6

Fonte: Roche (1969).

Os primeiros tempos dos imigrantes italianos nas “antigas colônias”, que se iniciou em 1875, apresentavam-se potencialmente revolucionários, uma vez que a pequena propriedade emergia fazendo frente aos latifúndios. “A família era sua célula de produção” e os colonizadores apresentavam sinais de que “já tinham assimilado o processo de relações de produção mercantil. Apenas o adaptaram na nova terra, com base em outras exigências e em outros vínculos” (Tedesco, 2001, p. 19).

A lógica mercantil (produzir para comercializar) passou a ganhar espaço no meio rural, com uma presença cada vez mais intensa do caixeiro-viajante e a proliferação da agricultura comercial. De acordo com Singer (1981), era natural que imigrantes mais novos, sem raízes na terra, entregassem seus interesses comerciais para imigrantes mais antigos, que possuíam capital, experiência e ligações comerciais. Havia forte presença de comerciantes alemães nas colônias italianas e estes tiveram uma função importante na expansão da agricultura comercial, na criação da agroindústria e no desenvolvimento de indústrias. A evolução no número de comerciantes em algumas colônias no RS pode ser vista na Tabela 4.

Tabela 4 – Comerciantes nas colônias ao Norte do Rio Grande do Sul, entre 1899 e 1950

Colônias	Número de comerciantes nas “novas” colônias				
	1899	1912	1920	1940	1950
Ijuí	31	89	174	161	311
Passo Fundo		82	318	974	1.977
Erechim			80	235	555
Marcelino Ramos				32	93
Santa Rosa				243	449
Três Passos				113	288
Sarandi				77	188
Soma	31	171	572	3.775	5.811

Fonte: Adaptado de Tedesco e Sander (2002).

Com o desenvolvimento econômico regional, a lógica mercantil proliferou e provocou maior desenvolvimento das colônias, o comércio (casas de negócios, lojas de “secos e molhados” e armarinhos) e a indústria cresceram e fortaleceram-se os laços entre o urbano (vila, centro de comércio) e o rural (colônia). “As casas de negócios do interior [...] forneciam aos colonos os artigos que necessitavam, a crédito, [...] cujo débito seria pago na época da colheita da produção agrícola ou com a venda dos animais” (Tedesco; Sander, 2002, p. 64). A organização econômica e ocupacional da região colonial efetivou-se, enquanto o sistema de transporte ferroviário, ligando o Estado sulino ao centro do país contribuiu para desenhar um novo perfil socioeconômico para a região Norte do Estado.

O meio rural nos municípios formadores das “novas colônias”, que têm como polo regional Passo Fundo e Erechim, consolidou-se como um espaço de grande dinamismo de comércio e agroindústria. A estrutura logística constituída (rede ferroviária e fluvial) e a posição geográfica do centro-norte do Estado, ligando outras regiões e outros Estados, a agricultura (mesmo antes da ocupação e colonização produtiva), a migração de empreendedores das “velhas colônias” e as características do solo para o manuseio de culturas contribuíram significativamente para a consolidação dos empreendimentos comerciais (comércio de armarinhos e miudezas) e industriais (curtumes, moinhos, frigoríficos, etc.) que ainda hoje se mostram vinculados à dinâmica da organização econômica e o meio rural.

Migrações Internas ao Norte do Estado e o Desenvolvimento Econômico

A análise das ações dos imigrantes europeus no Brasil, durante o processo de migração interna ocorrido das “velhas” para as “novas” colônias ao Norte do Rio Grande do Sul, revela que estes apresentavam características empreendedoras, como as descritas por Fillion (1991), ou seja, criatividade,

determinação, capacidade de análise estratégica do contexto, identificação de oportunidades e instituição de atividades econômicas inovadoras, entre outras.

Imigrantes europeus no Brasil com tais características encontram-se descritos em Roche (1969) e Tedesco e Sander (2002), para quem os elementos histórico-sociais observados no comportamento dos migrantes permitem reconhecer que a dimensão da migração carrega um veio de empreendedorismo – não reduzido unicamente à etnia italiana – que impulsiona o desenvolvimento econômico regional. Esse desenvolvimento ocorre de diferentes formas, sempre com a presença dos imigrantes e seus descendentes. O processo de expansão da agricultura colonial em direção à região de Cruz Alta, Passo Fundo, Erechim, partindo de Santa Maria, beneficia-se da fertilidade do solo, e a mata cede lugar à agricultura, de subsistência e depois comercial. As serrarias ali instaladas para a exploração da madeira e posterior envio ao porto de Rio Grande e cidades de fronteira, bem como a extração da erva-mate e transformação no mesmo local (Tedesco; Sander, 2002) evidenciam o empreendedorismo dos colonizadores.

Os colonizadores tornaram-se proprietários de “casas de comércio”, que passaram a atuar com pequenos negócios combinados com a exploração agrícola, oferecendo “novos produtos” ao mercado, como madeira de construção, aguardente, açúcar, salame, queijo, farinha, fumo e grãos. Mais tarde esses empreendimentos consolidaram-se como empresas familiares, grandes e sólidas, e permanecem sob a gestão da terceira geração. A dinâmica do desenvolvimento econômico da região Norte do Rio Grande do Sul evidencia níveis de inovação num processo evolutivo, impulsionados pelas características empreendedoras descritas por Fillion (1991). Inovação e empreendedorismo caminham lado a lado, como processos interdependentes e que se autodefinem pela capacidade de ruptura e colocação do novo, seja em produtos, processos, matérias-primas ou mercados (Schumpeter, 1982).

Em Erechim, por exemplo, uma das novas colônias localizada ao Norte do Rio Grande do Sul, muitos migrantes das velhas colônias (Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Guaporé) consolidaram-se como empresários, comerciantes e construtores, com um papel importante no desenvolvimento econômico regional e padrão arquitetônico local, especialmente nos anos 20 e 30 do século 20. Como referência desse fluxo migratório interno ligado ao perfil empreendedor dos descendentes de imigrantes destaca-se a família Pagnoncelli, que chega ao Brasil em 1878 e se dirige à Colônia de Dona Izabel, recebe um lote de terra na Linha Jansen, em Picada Morta, hoje município de Bento Gonçalves. Após fazer uma pequena fortuna, a família constitui vários empreendimentos comerciais, industriais e desenvolve atividades de pecuária por todo Norte do Estado para finalmente, em 1918, instalar-se na “nova” colônia localizada em Boa Vista do Erechim, na então chamada Vi1a Paiol Grande, distrito do município de Passo Fundo, atual município de Erechim. Alguns anos após estabelecer a empresa Saulle Pagnoncelli & Filhos, monta uma refinaria de banha e constrói um moinho para moagem de trigo e milho; abre filial na cidade de Marcelino Ramos e manda para lá seu filho Achilles, que vende suas propriedades em Nova Roma. A seguir abre filial em Herval do Oeste, no Estado de Santa Catarina, e a entrega a seu filho Attilio a orientação dos negócios de indústria de carnes e derivados, bem como a moagem de trigo. Anos mais tarde, para comercializar melhor os seus produtos e efetuar compras para seus estabelecimentos, abre uma filial na cidade de São Paulo, designando seu filho Severino para gerir os negócios da mesma. Alguns anos depois a empresa inicia suas atividades na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, com a abertura de mais uma filial e Giuseppe Saule designa seu filho Henrique para a gerência dos negócios.

Em Guaporé, Passo Fundo e outras cidades-polo da região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, a realidade não era diferente. Logo após as primeiras décadas do século 20, a dinamicidade econômica da época levou a economia de subsistência a superar a importação de produtos, dando margem a uma produção de excedentes comercializáveis (Tedesco; Sander, 2002, p.

57). O trabalho artesanal na confecção de tecidos, na produção de inúmeros produtos *coloniais*, os moinhos e as atividades *profissionais* serviam como complemento de renda para os colonos (Tedesco, 2000a).

O resultado econômico dessa dinâmica foi considerado, pelos economistas e historiadores, como superior, ao final da primeira década do século 20, comparativamente ao desempenho do Sul do Estado (Tedesco, 2000a). A agroindústria expandiu-se pela região Norte, tendo Muçum como espaço concentrador e centralizador da dinâmica mercantil e comercial do Alto Taquari, que servia como canal de escoamento mercantil. **a ou b?**

A Colônia de Guaporé, no início do século, já contava com 60 serrarias, 11 carpintarias, 58 ferrarias, 60 moinhos hidráulicos, fábricas de banha, 10 curtumes, 20 alambiques, 20 sapatarias, 13 selarias, 90 casas de comércio, além de inúmeros outros estabelecimentos ligados a fábricas de cerveja, de derivados de leite e de suínos, do ramo hoteleiro (casas de pasto), etc. Em 1921, na colônia já estavam presentes 921 indústrias que pagavam impostos (Tedesco, 2000a, p. 33-34).

Na região de Passo Fundo muitos madeireiros e comerciantes tornaram-se industriais (Tedesco; Sander, 2002). Impulsionados pelo avanço da agricultura comercial, vinculados e mediados por caixeiros-viajantes, carreteiros e caminhoneiros, comerciantes, eles consolidaram grandes empreendimentos agroindustriais, aprofundaram e tornaram complexas as relações entre os colonos e as redes de comércio, numa interligação inter-regional promotora do desenvolvimento da agroindústria.

Na região de Erechim o comércio e a agricultura familiar prosperaram e os herdeiros de colonos migrantes também passaram a desenvolver atividades empresariais, consolidando o desenvolvimento local no tripé comércio-indústria-agricultura.

Análise do Contexto Histórico-Social

Os elementos gerais do processo imigratório ocorrido no Brasil, a partir da segunda metade do século 19, com ênfase na análise do processo migratório no Rio Grande do Sul, evidenciam que a região colonial ao norte

do Estado está representada por uma população descendente de imigrantes europeus e que deram origem a diversos empreendimentos industriais. A organização econômica e ocupacional da região caracteriza-se pela pequena propriedade, ainda hoje mesclada por uma agricultura diversificada e amparada pelas redes de comércio e indústria que se estabelecem em pequenos centros urbanos, resultado histórico dos preceitos expressos na Constituição Econômica de 1891.

As condições de sobrevivência nos centros urbanos ou no meio rural, na primeira metade do século 20, imprimiram aos estrangeiros e seus descendentes comportamentos característicos de superação de dificuldades, de doação e partilha. No meio rural, em especial, verificam-se estratégias de manutenção da unidade familiar, de preservação do patrimônio construído em meio às dificuldades pela ausência de infraestrutura básica, que condicionam estratégias de acumulação de capital nas gerações seguintes.

O trabalho árduo e a habilidade técnica, bem como o sobrenome que liga o indivíduo a uma determinada unidade familiar, são pré-requisitos para a inserção e a participação deste em determinada comunidade. O “pertencer a” também é o critério para a formação de novas famílias por meio do casamento e a inclusão do novo membro numa unidade familiar. A cor, a descendência e a origem (localização) definem espaços de inclusão ou exclusão.

O espírito de coletividade que norteou os primeiros migrantes em busca da sobrevivência, promovida pelo desbravamento e ocupação do território rio-grandense e o cerceamento de terras por critérios étnicos (“colônias”) encontram-se reproduzidos da primeira (imigrantes europeus) para a segunda geração (migrantes internos). A união dos imigrantes aparece como elemento de sociabilidade específica nas relações entre membros de famílias empresárias, nos municípios formadores da região colonial do Rio Grande do Sul, como Caxias do Sul, Guaporé, Passo Fundo, Marau, Sarandi e outros, os quais se ampliam para os demais membros da sociedade local. Para os italianos, poder-se-ia, inclusive, afirmar que família é uma rede ampliada de tias, tios, primos e avós, que estão todos envolvidos nas tomadas

de decisão familiares, que passam juntos os feriados e os pontos de transição do ciclo de vida, e que tendem a viver em estreita proximidade, quando não na mesma casa.

As principais transformações econômicas registradas anteriormente revelam a estruturação da pequena propriedade rural como responsável por uma dinâmica social e familiar própria dos imigrantes. No interior dessas propriedades rurais também se observa o aprimoramento contínuo dos produtos, modificando-se aquele *in natura* (trigo e carne suína, por exemplo) para outros produtos mais elaborados (bolachas e salame) e o processamento dos subprodutos dele oriundos (padaria e curtume). Mesmo com a ausência de tecnologia avançada para o processamento dos produtos e subprodutos, são evidentes as estratégias características do perfil empreendedor dos (i) migrantes em promover a expansão econômica e qualificação da vida em sociedade.

O conjunto de valores, sedimentados nas diferentes etnias presentes na região do estudo, assegura processos sociais nucleados em torno da família tradicional, como garantia da “qualidade e pureza da raça”. Ainda, na organização do trabalho, tem por base constituir empreendimentos que asseguram atividade e remuneração aos membros que da família fazem parte, estratégia semelhante à contratação da “unidade familiar” para o trabalho nas lavouras no início do século 20. O parentesco é critério de inclusão/exclusão no grupo social.

Devido à grande quantidade de italianos que ingressaram no território brasileiro, bem como ao fato de a maioria ser alocada no território rio-grandense, a região colonial apresenta características dos descendentes dessa etnia. Em determinados municípios desta região, são evidentes as características socioculturais típicas da nacionalidade italiana, como a produção de uvas e vinhos e o seu consumo nas principais refeições do dia.

Também há um elemento simbólico, analisado por Tedesco (2001), que é ainda mais peculiar e de extrema relevância para explicar a condução das empresas familiares constituídas por descendentes de italianos. “Desbravar”, “estruturar”, “construir”, “sacrificar-se” e “superar obstáculos” têm significados de superação e ocupação de espaços difíceis de serem acessados, à semelhança de mercados com elevado nível de competitividade. A forma de pensar o espaço no qual se realiza o trabalho, portanto, considera a natureza íngreme e rude do solo ocupado pelos imigrantes. Igualmente, a forma de pensar o tempo em que se dão as relações de trabalho considera a inclusão de cada um como pioneiro, desbravador, numa grandiosidade do feito, mesmo em condições ínfimas de infraestrutura.

Os tempos e os espaços em que se dão essas relações sociais são tipicamente familiares (“vida em família”), geralmente caracterizados por famílias tradicionais (casal e filhos). A cooperação familiar, representada pela intensificação do trabalho e combinação de esforços dos “braços da família”, estabelece os critérios de participação ou exclusão de seus membros. Às mulheres soma-se o “bom casamento” como um critério adicional de participação, porém ressalta-se a importância da continuidade da pureza étnica (casamento entre membros de uma mesma etnia) através das gerações, inclusive como condição que fundamenta a lógica da herança, do cuidado, da participação como empregado no empreendimento da família ou não.

Tais elementos evidenciam um comportamento familiar orientado pelo conjunto de valores éticos e morais da etnia (principalmente italiana) à qual pertence a família de descendente de imigrantes, incorporadas no modelo de gestão predominante nas empresas familiares da região, os quais foram detalhadamente analisados por Grzybovski (2007).

Conclusão

Com as determinações expressas na Constituição Econômica de 1891 esperava-se promover a imigração como política pública, e também como uma estratégia para o povoamento do território brasileiro, a pro-

moção da agricultura, indústria e comércio aos moldes do que existia nos países europeus, mais desenvolvidos. A análise do processo histórico de povoamento da região Norte do Estado do Rio Grande do Sul revela que a política pública foi adequadamente executada, entendido como cumpridos os preceitos da Constituição Econômica de 1891, pois resultou numa zona geográfica atípica em termos de economia, cultura e sociedade, com um conjunto de empresas familiares constituídas e num característico mosaico étnico-cultural, permeado de empreendimentos familiares em atividades comerciais, industriais e agrícolas.

O espírito empreendedor, que emerge das condições precárias com que os (i)migrantes enfrentaram e promoveram a ocupação do território, aparece como outro elemento histórico-social característico na região Norte do Estado. O aprimoramento constante dos produtos ofertados ao mercado, limitado a um espaço local, inicialmente e, depois, com exportação para os grandes centros, como Porto Alegre e São Paulo, faz com que a região em estudo promova a substituição gradativa dos produtos importados, dando margem à produção de excedentes exportáveis. Os produtos coloniais (queijo, vinho e salame) produzidos no interior da propriedade rural, com a utilização intensiva da mão de obra familiar e comercializados para outras regiões, são a origem de diferentes agroindústrias que imprimiram uma dinâmica mercantil e comercial promotora do desenvolvimento econômico regional. Ambos, proprietários rurais e industriais, auxiliados por caixeiros-viajantes, carreteiros e outros profissionais, consolidam a região colonial como desenvolvida e fornecedora de insumos básicos para as demais regiões do Estado e para o centro do país.

Assim considera-se atingido o objetivo proposto neste artigo, que foi analisar as implicações constitucionais no desenvolvimento econômico regional, especificamente sua contribuição na formação da cultura e gestão de empresas familiares fundadas por imigrantes, bem como nos elementos que caracterizam sua cultura organizacional. O espírito empreendedor, os elementos característicos da cultura dos imigrantes, a forma de ocupar o

espaço e de identificar nichos de mercado para oferta de produtos produzidos no seu entorno encontram-se presentes na descrição do modelo de gestão e cultura organizacional realizada por Grzybovski (2007) nas empresas familiares na região Norte do Rio Grande do Sul.

Pode-se afirmar que o contexto histórico e social da região colonial no Rio Grande do Sul tem como base econômica as pequenas propriedades rurais e os pequenos empreendimentos urbanos familiares, na sua grande maioria constituídos por migrantes das “velhas” para as “novas” colônias, em especial de origem italiana. Da segunda metade do século 20 em diante, tais empreendimentos passaram a ser de propriedade de seus descendentes. Em cada movimento no espaço social, reproduziram-se características estruturais e de comportamento entre os membros da sociedade em geral e dos dirigentes dos empreendimentos comerciais e ou industriais em particular, os quais tinham como referência os conceitos, as crenças e os valores oriundos da etnia italiana.

Em conjunto com a transformação do tempo, a modificação do espaço estabelece padrões de comportamentos e tipos de relações sociais entre os membros da sociedade local que a distinguem de outras regiões e expressam formas particulares de ordem institucional na gestão das empresas de propriedade familiar.

Referências

ALMEIDA, P. R. *O intelectual Hipólito José da Costa como pensador econômico*. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org>>. Acesso em: 7 out. 2005.

ALVES, E. R. *Fides nostra, victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na Intendência de Caxias (1890-1924)*. 1995. 124 p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

ALVIM, Z. M. F. *Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo*. In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. V. 3.

BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

BRUM NETO, H. *Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha*. 2007. 328 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

CLARK, G. Política econômica e Estado. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 207-217, 2008.

DECOL, R. D. Judeus no Brasil: explorando os dados censitários. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 46, p. 147-160, jun. 2001.

ELIAS, R. Braços para fazer um país. *Nossa História*, v. 2, n. 24, p.14-19, out. 2005.

FARIAS, J. B. Ganhando as ruas. *Nossa História*, v. 2, n. 24, p. 23-25, out. 2005.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803 – 1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

FILION, L. J. O planejamento de seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 63-72, jul./set. 1991.

FILION, L. J. Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. *Revista de Administração de Empresas*, v. 39, n. 4, p. 6-20, 1999.

GIRON, L. S. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

GRZYBOVSKI, D. *Plataforma de conhecimentos e aprendizagem transgeracional em empresas familiares*. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Estatísticas do século XX*. Estatísticas populacionais, sociais, políticas e culturais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos/populacao.xls>>. Acesso: 12 out. 2005.

LAZZAROTTO, D. *História do Rio Grande do Sul*. 5. ed. rev. Porto Alegre: Sulina, 1986.

- MARTINS, J. S. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976. (Coleção estudos brasileiros).
- MEDEIROS, R. M. V. As formas de produção no Rio Grande do Sul e sua relação com a emigração rural. *Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 69-92, 2005.
- PESSANHA, A. S. Em nome do progresso. *Nossa História*, v. 2, n. 24, p. 20-22, out. 2005.
- ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. V. 1.
- SANTOS, M. O. *Bendito é o fruto: festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul – RS*. 2004. Tese (Doutoramento) – PPGAS/Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- SEYFERTH, G. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Boletim Informativo e bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 25, p. 3-55, 1988.
- SGANZERLA, C. M. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- SINGER, P. I. *Economia política da urbanização*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SOUZA, W. P. A. *Primeiras linhas de direito econômico*. 6. ed. São Paulo: LTr, 2005.
- TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: Ediupf, 1999a.
- TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Ediupf, 1999b.
- TEDESCO, J. C. *Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do Alto Taquari no início do século XX*. Porto Alegre: EST, 2000a.
- TEDESCO, J. C. Rupturas, continuidades e redefinições no empreendimento familiar rural: o problema da transmissão do patrimônio. In: GRZYBOVSKI, D.; TEDESCO, J. C. (Orgs.). *Empresa familiar: tendências e racionalidades em conflito*. Passo Fundo: Ediupf, 2000b. p. 119-140. Cap. 4.

TEDESCO, J. C. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

Recebido em: 19/1/2013

Aceito em: 2/7/2013